



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2021

Luciene dos Santos de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS.

luciene1302@gmail.com

Caroline Gonçalves

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS.

goncalves.caroline@ufms.br

Fernando Thiago

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS.

fernando.t@ufms.br

Claudia Araújo de Lima

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS.

claudia.araujolima@gmail.com

Luciana Ribeiro Dutra Couto

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS.

lulrdc25@gmail.com

Letícia dos Santos de Oliveira

Marinha do Brasil / MB.

leticiadeoliveira.93@gmail.com

A HISTÓRIA DO IMNEGRA DE CORUMBÁ/MS E A MULHER EDNIR DE PAULO.

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar a história do Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA) em Corumbá-MS. A metodologia de pesquisa foi a história de negócios, cuja coleta de dados foi obtida por meio de entrevista em profundidade e análise documental. A organização surgiu em meio a enfrentamentos de ataques racistas na década de 1990 e promove ações voltadas às mulheres negras.

Palavras-chave: Mulheres negras. História de Negócios. Empreendedorismo social.

THE STORY OF IMNEGRA INSTITUTE FROM CORUMBÁ/MS AND THE WOMAN EDNIR DE PAULO.

ABSTRACT

The aim of the study was to analyze the history of the Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA) in Corumbá-MS. The research methodology was the business history, whose data collection was obtained through in-depth interviews and document analysis. The organization emerged in the midst of clashes with racist attacks in the 1990s and promotes actions aimed at black women.

Keywords: Black women. Business History. Social entrepreneurship.

Introdução

O artigo propõe dissertar sobre a criação do Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA) na Cidade de Corumbá e sobre a trajetória de vida da sua fundadora Ednir de Paulo. Tal cidade está localizada em Mato Grosso do Sul, na região centro-oeste, à aproximadamente quatrocentos e trinta quilômetros da Capital, faz fronteira com a Bolívia e foi fundada no ano de 1.778. Durante muitos anos foi um grande entreposto, Walter Mendes Garcia em sua obra relata, “Corumbá, de 1857 até ser invadida pelos paraguaios (em 1865), se desenvolvia em razão da abertura dos portos...” (GARCIA, 2014, p. 43). Nesta época era ainda considerada o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, devido à grande importância comercial foi elevada a distrito e depois a município. O hoje conhecido Porto Geral era por onde chegavam muitas mercadorias, imigrantes e negros para serem escravizados.

A implantação do IMNEGRA na cidade foi impulsionada por um evento promovido na República Dominicana e reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992, denominado 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas. Nesse evento foi instituído o “Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha”, comemorado em 25 de julho. A primeira e única presidente do Instituto, Ednir de Paulo, ao tomar conhecimento do evento promovido na cidade de Santo Domingo, no Caribe, reuniu-se com outras mulheres da cidade para implantar a ideia em Corumbá.

Este grupo de mulheres eram formadas por professoras, religiosas e autônomas, que já caminhavam dentro desse movimento em nível nacional. Inicialmente elas reuniam-se na garagem da casa da então presidente, como elas já eram ativas na militância do movimento negro, resolveram legalizar a ONG e fundaram o IMNEGRA no ano de 2006.

As atividades do IMNEGRA são exercidas por mulheres voluntárias, com a oferta de oficinas de corte e costura e artesanatos. Duas profissionais denominadas como “oficineiras” estão à frente de tais oficinas e o projeto também oferece atendimento de assistência social. A instituição não conta com uma renda para a contratação de funcionários e, por isso, contam apenas com o trabalho da diretoria e pessoas que estão cumprindo medidas socioeducativas, todos de maneira voluntária.

As despesas inerentes ao instituto são honradas com os pagamentos de associadas e da produção de costuras e artesanatos, os quais deixam respectivamente trinta e vinte por cento para o IMNEGRA.

A existência do Instituto corrobora para a mudança de um contexto de desigualdade e vulnerabilidade sofrido por boa parte das mulheres corumbaenses. O propósito deste artigo é conhecer as ações desenvolvidas pelo IMNEGRA e como a fundação de uma ONG com o olhar voltado para as causas ligadas às militâncias de movimentos negros pode efetivamente mudar a vida de mulheres em situação de vulnerabilidade e em especial as afrodescendentes. Por esse motivo, a pergunta que orienta o presente trabalho é: Quais são as ações implementadas pela instituição que contribuem para a mudança desse contexto de desigualdades que atingem esse grupo de mulheres?

O objetivo do estudo foi analisar a presença e atuação do IMNEGRA quanto a promoção de ações não governamentais, a fim de transformar o contexto de desigualdades existente na comunidade de mulheres corumbaenses em situação de vulnerabilidade, em especial as afrodescendentes. Ainda, registrar a trajetória da presidente do instituto; conhecer o trabalho do IMNEGRA; discorrer sobre o legado construído ao longo dos anos de existência do Instituto que atua num contexto de desigualdades e vulnerabilidades a que estão expostas parte das mulheres negras da região de Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

A pobreza e suas variáveis se apresentam na região oeste de Mato Grosso do Sul, onde se localiza o município de Corumbá, para um grande número de pessoas, sobretudo para as mulheres negras, pois são as que mais sofrem com as desigualdades, tais como: baixa escolaridade, subempregos, violência e muitas delas ocupam o papel de provedora familiar. A importância do IMNEGRA na cidade se dá pela existência de três comunidades remanescentes de quilombo.

De maneira teórica, a história de empresas e empresários tem se mostrado útil no conhecimento do passado para iluminar o presente. Ao realizar-se a partir de uma conexão entre as teorias de história, administração e economia, os negócios passam a ser compreendidos por meio de sua ambientação institucional, organizacional e pela figura dos indivíduos que com ele colaboram (GONÇALVES; SAES, 2017).

A organização retratada por este estudo corrobora ainda com diversos dos objetivos de desenvolvimento sustentável, dentre eles: alcançar a igualdade de gênero empoderando meninas e mulheres, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades e erradicação da pobreza.

Desenvolvimento

***Business History* e a importância da história oral na perspectiva da empreendedora negra**

Trazer à tona a história de uma organização e de sua fundadora, remete à multiplicidade de abordagens teóricas que suportam a história de empresas. No caso, a particularidade da *business history*, sob a tradução de “história de negócios”, parece mais adequada para amparar o presente estudo, ao não se tratar de uma empresa em si, mas de um instituto. Esta perspectiva deriva do estudo da história das empresas, no qual busca-se desenvolver conhecimentos para que conceitos e metodologias inovadoras e diferentes sejam oferecidos para o desenvolvimento do estudo de tais organizações. No mundo, estudiosos têm trabalhado na perspectiva de desenvolver teorias esclarecedoras sobre o crescimento das empresas. Segundo Gonçalves e Saes (2017, p. 2) “a área da *Business History* se consolidou já na segunda metade do século XX, oferecendo diferentes conceitos e metodologias para que estudos sobre empresas pudessem se desenvolver”.

Em se tratando de histórias de empresas e histórias de negócios, pode se considerar que a primeira fornece subsídios para os estudos ligados a concepção histórica, ou seja, todo acontecimento e dinamismo inerentes a aspectos que influenciam ao longo do tempo as empresas, organizações, empresários e empreendedores. Já a segunda, história de negócios, é a intercessão de teorias que determina a mesma. Sendo essa a permissionária da teoria econômica que avalia a empresa no interior da economia (GONÇALVES; SAES, 2017).

O surgimento e difusão da história de negócios aconteceu a partir da Universidade de Harvard Business School. A área se consolidou na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos e Europa, a qual dispunha de conceitos e metodologias no intuito de desenvolver estudos sobre as empresas. No entanto, seguiu-se a isso uma tendência de distanciamento dos estudos de Business History daqueles de história econômica (GONÇALVES; SAES, 2017).

No Brasil, segundo Gonçalves e Saes (2017), a história de empresas seguiu por outras metodologias e abordagens, mantendo o país distante das abordagens dominantes no exterior, pois os estudos são realizados por historiadores e esta área ainda não tem seu apropriado destaque, permanecendo longe da tendência da economia das organizações e das teorias de estratégias difundidas em todo o mundo.

Pontualmente, para Gonçalves e Saes (2017, p.17), “as mudanças ao longo do tempo ocorridas nas organizações passam pela identificação de elementos dinâmicos e suas variações ao longo do tempo”, dessa maneira a história de negócios pode ser estudada sob três aspectos apontados de maneira sucinta: o institucional, ligados a aspectos políticos, econômicos, ambientais, sociais e culturais; organizacional, inerente a verificação das atividades econômicas, aspectos tecnológicos e de inovação, compras, vendas, distribuição e transações e governança corporativa; e quanto a caracterização do indivíduo dentro da instituição de acordo com sua representatividade, observando suas predileções ou necessidades intrínsecas.

Partindo desta perspectiva, a utilização da “história de negócios”, suas teorias e metodologias, apoiam este estudo quanto ao conhecimento do início, trajetória, e desempenho do Instituto IMNEGRA na comunidade local. Outro ponto a ser destacado é o uso da história oral enquanto importância para a narrativa, partindo da riqueza de informações sob a ótica de seu analisado.

A história oral permite o registro de testemunhos, ampliando as possibilidades de se interpretar o passado, viabilizando assim o acesso a "histórias dentro da história". O intuito do uso da metodologia da história oral é ampliar o conhecimento sobre experiências e práticas desenvolvidas, registrá-las e difundi-las entre os interessados, nas mais diversas áreas do conhecimento (ALBERTI, 2005).

Portelli (1996) ilustra a importância desta metodologia com a história de Frederick Douglass, escravo nascido na cidade de Maryland no ano de 1817, que se tornou importante narrador da sua experiência na condição de escravo, na qual os detalhes de sua arguição enquanto fonte histórica, faziam confundir os cientistas que lhe solicitavam os fatos de maneira mais objetiva, tal como estes faziam com seus demais procedimentos neutros de pesquisa.

No entanto, reafirma Portelli (1996) que o principal paradoxo da história oral e das memórias é que as fontes são as pessoas, e estas provavelmente não aceitarão reduzir sua vida a um conjunto de fatos disponíveis aos cientistas, mas em seu discurso narrativo caberá a sua própria filosofia sobre sua interpretação dos fatos, onde haverá subjetividade e significação própria de sua identidade e de suas experiências.

Neste estudo, no que compete apresentar a perspectiva de Ednir sobre sua vida e a organização que fundou, enquanto mulher negra e empreendedora, coube aos pesquisadores a difícil tarefa de preservar a riqueza da narrativa e ao mesmo tempo tentar interpretar a subjetividade da história narrada para concentrar-se nos fatos e

“fenômenos aparentemente mais concretos e controláveis” (PORTELLI, 1996, p. 61). Na tentativa de relatar com necessidade reducionista o caso da organização, a perspectiva do elemento central, a empreendedora fundadora, não poderia deixar de ser a predominante sobre o relato. Esta escolha também vai ao encontro do proposto por Alberti (2005, p. 164), em que pese que a “história oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”.

Racismo e empreendedorismo negro

As desigualdades observadas no Brasil e outras sociedades contemporâneas como EUA e França são provenientes de um processo de colonização que, se por um lado promoveu a multiplicidade de identidades, por outro desencadeou um processo de subjugação de minorias que acentuou as diferenças entre raças, sexos, posição política, etc. O cerne destas diferenças está na dominação de uma identidade sobre outras, expressivamente da europeia, entendida como superior, sobre as de povos originários como as indígenas e africanas, legitimando vários tipos de racismos e violências (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018).

Embora superado este passado colonial, a era pós-moderna ainda tem acentuado estas diferenças entre pessoas como forma de dominação de natureza machista, racista, elitista, xenófobo e homofóbico, ainda longe de ser superado, porém amenizado (OLIVEIRA, 2017).

Justificou-se, portanto, a definição de uma identidade negativa para estas populações colonizadas ou utilizadas como mão-de-obra escrava. No caso da população negra, esta tem sido visto como inferior ao branco em termos sociais, econômicos e intelectuais. Apenas pela observação visual, muitas pessoas classificam o negro como pobre ou de capacidade intelectual questionável (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018).

Ser negro tem sido um fardo pesado para uma parcela muito grande da população brasileira. Historicamente seus significados e construções sociais tem sido marcado pela negação, invisibilidade, desigualdade, discriminação, preconceito e estereótipos negativos. São afetados negativamente pela existência de uma dualidade racial (brancos e negros) e tem carregado o peso da tarefa de minimizar o racismo (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018).

Desde o início do século XXI observou-se diversos movimentos para valorização, fortalecimento da identidade e resistência negra como o Mulher Negra Forte, *Black Power* (político e musical) nos Estados Unidos, o mais recente *Black Lives Matters* (Vidas Negras Importam), dentre outros. Estes movimentos, além de discutir e promover lutas para melhoria das condições sociais dos negros, também contribuiu para o surgimento de empreendimentos voltados para este público, como salões especializados em cabelo afro e grifes de moda baseadas em cultura afro, reafirmando uma identidade historicamente prejudicada e produzindo uma estética alternativa à ocidental (SANTOS, 2000; REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018; SILVA, 2018).

No Brasil, as políticas de ações afirmativas e cotas raciais, a partir dos anos 2000, contribuíram muito para melhoria desta parcela da população brasileira, em especial os jovens com o ingresso às universidades e os demais com o avanço das políticas culturais, ressignificando as relações entre cultura e mercado e o engajamento político (SILVA, 2018).

Rezende, Mafra e Pereira (2018) apresentam que a legitimação de um povo e sua identidade é possível por meio do reconhecimento de sua cultura. Entende-se como parte desta cultura sua língua, costumes, modo de vida e demais aspectos inerentes a este grupo social. Esta legitimação é construída a partir de um processo de interação e diálogo com os demais grupos, inclusive com os dominantes.

Esse intercâmbio pode ser realizado por meio do empreendedorismo e sua oportunidade econômica, apoiadas em suas dimensões culturais e políticas envolvidas (SILVA, 2018). Neste aspecto, o empreendedorismo negro pode contribuir para superar estas relações desiguais e subordinadas no mercado de trabalho, embora existam muitos desafios que vão além das questões raciais, como a operacionalização contábil e jurídica de negócios, captação de recursos e relacionamento com clientes, fornecedores e funcionários (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018; SILVA, 2018).

Silva (2018) mostra em sua pesquisa que duas dimensões estão presentes na concepção dos empreendimentos de pessoas negras: hoje os negros possuem um melhor poder de consumo, mas que não existem muitos produtos específicos para atender suas necessidades; e o fortalecimento político da causa negra somados à oferta de produtos segmentados para este público.

Embora o empreendedorismo não consiga barrar o preconceito, tem apoiado a manifestação de uma cultura silenciada desde os movimentos coloniais. Com isso, aspectos culturais e saberes que eram caracterizados por conotação negativa,

configuram-se, agora valorizadas, como protagonistas. Esta população tem conseguido apresentar suas necessidades, serem atendidas e obtido respeito por sua identidade (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018).

Mesmo que o empreendedorismo tenha seu lado capitalista de opressão e cerceamento de direitos e precarização do trabalho, especialmente para a parcela da população menos favorecida, o empreendedorismo negro contribui com a afirmação de uma identidade, mesmo que por meio político de luta e resistência, e também com a ampliação do direito de participação econômica desta população (SILVA, 2018).

Ações de empreendedorismo negro podem também abordar a dimensão social, colaborando de alguma maneira com o acesso das populações negras menos assistidas a direitos e oportunidades. Estas organizações, também chamadas de empreendedorismo social, de solidariedade e popular, “contrário e contraditório aos modelos tradicionais” de negócios, “representa uma resposta conjuntural que as iniciativas isoladas no meio social expressam como forma de resistir e lutar contra a lógica do capital”. Proporciona geração de renda e inserção social dos socialmente invisíveis (OLIVEIRA, 2017, p. 42).

Siqueira, Nunes e de Moraes (2018) mostram em seu estudo que embora este processo de empreendedorismo possa ter aspectos positivos, as barreiras ainda são grandes para realização destas atividades, como já relatado. Contudo, quando observam o empreendedorismo realizado por mulheres negras, estas sofrem desafios duplamente desfavoráveis: o fato de serem negras e mulheres.

Mulheres Negras, Ongs e Feminismos Latino-Americanos

A constituição sócio-histórica, cultural e econômica da mulher negra no Brasil deixou um legado de inferioridade, que traz consigo uma herança de discriminação, preconceitos e violência de gênero sob várias faces. Diante deste cenário, mulheres negras buscaram organizar movimentos por lutas femininas em busca de seus direitos dentro da sociedade, caracterizando na contemporaneidade o feminismo negro.

Essas situações reproduzidas historicamente impulsionam o movimento feminista em busca de tratamento das questões vinculadas à vida privada como aspectos políticos, demonstrando a complexidade das relações sociais (como sexualidade, violência de gênero, trabalho doméstico etc.). Na luta por direitos, as mulheres buscam romper com a indiferença em torno de questões cotidianas trazendo-as como demandas para a esfera pública (RIBEIRO, 2008, p. 989).

Os movimentos negros buscam mudanças sociais, eles atuam no combate à discriminação, desigualdades e formas diversas de opressão. Duplamente afetadas pelas desigualdades de raça e gênero, agravado pelas condições subalternas impostas socialmente, as mulheres negras associam-se a movimentos negro-feminista buscando seus direitos relegados a sua raça e gênero dentro da sociedade. O movimento negro traz consigo um passado de escravidão e posição subalterna do seu povo, tornando dentro de uma sociedade machista a posição da mulher negra ainda mais inferior se compararmos com as não negras. A partir desse entendimento as mulheres negras vêm se organizando e se articulando de maneira coletiva a favor do reconhecimento de suas solicitações, conquista de direitos e igualdade dentro da esfera de políticas públicas.

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da “mãe preta”, fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça, que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo (RIBEIRO, 2008, p. 988).

Neste contexto de movimentos negros estão também incluídas as Organizações Não Governamentais – ONGs ligadas às afrodescendentes, que tem como projeto o empoderamento das mulheres negras, buscando como resultado o fortalecimento do movimento feminista negro no Brasil. As ONGs desempenham importante papel na sociedade e também na esfera política, no que tange a reeducação a respeito de raça e gênero. Elas atuam em várias esferas sociais, lutando pelos interesses das afro-brasileiras, objetivando o empoderamento e valorização da mulher negra.

Na atualidade, essas organizações encontram-se engajadas em uma variedade de campos sociais e políticos representando diferenciados interesses da população afro-brasileira em geral, e em especial das mulheres negras, tais como controle social da população negra na saúde pública, políticas de ação afirmativa para mulheres e negros, organização de debates e estratégias para garantir o acesso dos afro-brasileiros ao emprego e moradia, reparação para comunidades de remanescentes de quilombos, discussão sobre a violência e a segurança pública, dentre outros (SANTOS, 2010, p. 281).

Na América Latina mulheres organizam-se em movimentos feministas com o objetivo de questionar, por conseguinte entender mais amplamente as várias possibilidades de atuação feminista dentro do continente, face a imensa diversidade cultural e desigualdade social existentes. Os encontros femininos promovidos na América Latina, inclusive os negros, estão pautados no compartilhamento de

perspectivas e informações que levam as discussões em busca de uma sociedade mais justa.

Enquanto os feminismos na região surgiram de uma grande diversidade de lutas políticas e localidades sociais, os Encontros permitiram que as militantes pudessem compartilhar suas diferentes perspectivas e construir significados políticos e culturais alternativos. Apesar de muitas vezes serem politicamente marginalizadas em seus países, as participantes dessas conversas regionais periódicas puderam se engajar com outras cujos feminismos emergem de condições sociopolíticas e heranças coloniais e neocoloniais análogas (ALVAREZ et al., 2003, p. 543).

Esses encontros trazem à tona inquietações em relação a representatividade e lutas das mulheres negras dentro da sociedade, questões incansavelmente levantadas nessas conversas regionais.

Essas conversas regionais periódicas também ajudam a reorientar as práticas do movimento, os discursos culturais e até as políticas estatais, à medida que as participantes aprendem com a experiência de suas semelhantes de outros países da região e, geralmente, voltam para casa inspiradas pelas novas estratégias organizacionais e pelas novas formas de enquadrar e encaminhar suas questões e reivindicações (ALVAREZ et al., 2003, p. 544)

Os movimentos feministas da América Latina proporcionam um aprofundamento nas causas sociais das mulheres, em especial as negras, dando a oportunidade a esses grupos, de visibilidade e representatividade social.

Corumbá, a presença negra e o Instituto IMNEGRA

Conhecida como Cidade Branca, devido a composição do solo, rico em calcário, Corumbá está localizada no estado do Mato Grosso do Sul, na região centro-oeste do Brasil. Seu nome tem origem tupi-guarani que significa lugar distante, ela fica a quase quinhentos quilômetros da capital, Campo Grande e faz fronteira com a Bolívia (CORUMBÁ, s/d).

De acordo com o site de sua prefeitura, a então cidade de Corumbá foi ocupada pelos portugueses no início do século XVI, teve como primeiro nome Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, depois de se tornar o principal entreposto comercial da região, foi classificada como distrito e em seguida a município. Já no fim do século XIX, o porto fluvial de Corumbá movimentava pelo Rio Paraguai os vapores que faziam a rota Europa X Brasil, o porto era o terceiro maior da América Latina até o ano de 1930 (CORUMBÁ, s/d).

Segundo IBGE (2021), em julho de 2021, a população da cidade foi estimada em 112.669 pessoas. O município se estende por 64.92,8 km², Corumbá abriga grande parte

do Pantanal sul-mato-grossense. Outra característica peculiar da Cidade Branca é que a cidade de Ladário está localizada no seu interior, formando uma conurbação.

Desde o início da ocupação da região pelos portugueses e seus descendentes, o trabalhador escravizado esteve presente nos serviços cotidianos. Há registros de que em 1791 já havia 12 cativos, mas é possível que tenham sido inseridos no povoado desde sua fundação (CANCIAN, 2021).

De acordo com Cancian (2021) os africanos e seus descendentes, que eram mantidos como cativos no território de Corumbá – até então designada “Vila de Santa Cruz de Corumbá”, em período anterior à divisão dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul -, desempenharam diferentes atividades nos ambientes urbanos e rurais, exercidas por homens e mulheres escravizados nas fazendas, sítios e moradias da região.

Em relação às mulheres escravizadas, consta nos arquivos da Câmara Municipal local, a documentação manuscrita da época conhecida como “matrícula dos escravos”, que registrava no ano de 1873 um total de 84 escravizados, sendo 83 cativas e apenas um cativo. As mulheres realizavam as tarefas de cozinheiras, roceiras, lavadeiras, engomadeiras e costureiras. Registravam-se ainda duas mulheres cativas “fugidas”, uma no ano de 1870 e outra em 1864 (CANCIAN, 2021).

O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá contou com os esforços de duas instituições: a Sociedade Abolicionista Corumbaense (1884-1888) e a Junta de Emancipação dos Escravos, que poderiam ser libertados pelo “Fundo de Emancipação”, nascida a partir da Lei n. 2.040 de 28 de setembro de 1871. A primeira, por sua vez, surgiu da vontade e iniciativa dos corumbaenses que se propuseram a lutar pela libertação dos escravos, independentemente da ação do governo, criando meios de arrecadar fundos necessários para que os escravos comprassem sua liberdade, por meio de conferências, quermesses, feiras, bazares e recitais. Constam registros inclusive da participação nesta Sociedade de senhoras uruguaias que enviaram “prendas” para a campanha abolicionista e sócios da Loja Maçônica Caridade e Silêncio, da cidade (ROCHA, 1975-1977).

O município de Corumbá possui atualmente três comunidades quilombolas, a comunidade Família Ozório, Família Campos Correia e Família Maria Theodora, esta última, até o ano de 2019, ainda não estava enquadrada no RTDI – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, o que significa que ainda não possui uma área legalmente delimitada. De acordo com Souza e Moretti (2019), as três comunidades chegaram a

Corumbá no Século XX. A primeira comunidade a chegar na região foi A Maria Theodora, cuja matriarca chegou a Corumbá em 1920. A segunda foi a Ozório, foi fundada por Miguel Ozório, neto de escravos, e Ercília Rodrigues Ozório, ambos naturais do estado de Minas Gerais e foram para Corumbá em meados do século XX para trabalhar em fazendas do Pantanal. Posteriormente tem-se a Campos Correia, fundada por Ferminiana Campos, nascida em Cuiabá/MT, em 1945.

Segundo Souza e Moretti (2019), estas comunidades foram impostas à invisibilidade social, ou seja, as três enfrentam problemas relacionados ao acesso à terra, à infraestrutura, à qualidade de vida, à inclusão produtiva, ao desenvolvimento local, ao direito e à cidadania, eixos estes presentes na Agenda Social Quilombola, que ainda não foram implantados nesse município. No entanto, as comunidades apresentam “sinais de resistência” que se identificam pela produção agrícola de hortaliças, vendidas para os bolivianos e comercializadas nas feiras livres da cidade, além das manifestações culturais, danças e religiosidade de matriz africana.

O IMNEGRA surgiu neste cenário, fundamentando a sua história de negócios a partir do olhar sensível para causas ligadas às militâncias de movimentos negros, sobretudo às das mulheres afrodescendentes em situação de vulnerabilidade. Toda trajetória, desenvolvimento, crescimento e desempenho do instituto ganhou e ganha forças graças à sua raiz predominantemente social. Um exemplo de sua atuação foi justamente sua atuação no encaminhamento das principais dificuldades enfrentadas pela comunidade Campos Correia para o Ministério Público Federal/MS no ano de 2011. À época, os documentos relatavam que a comunidade enfrentava uma situação de precariedade, com a ausência de serviços básicos essenciais, como a falta de acesso à energia elétrica, água potável e coleta de lixo. A Prefeitura Municipal de Corumbá foi oficiada, além das empresas de Energia Elétrica e Saneamento, e tiveram um período para garantir o direito ao acesso a serviços assistenciais básicos da comunidade (SOUZA; MORETTI, 2019)

As atividades exercidas no instituto colaboram para a mudança de um contexto de desigualdade sofrido por boa parte das mulheres corumbaenses. As mesmas, quando profissionalizadas, reduzem os índices de desemprego, movimentam fortemente a economia local, tendo em vista que setenta por cento população corumbaense se autodeclara negra ou parda, de acordo com o IBGE (2011). Esta iniciativa do IMNEGRA prepara os caminhos para o fortalecimento do empreendedorismo em Corumbá e terá sua história aqui detalhada como objeto deste estudo.

Metodologia

Para a consecução dos objetivos desta pesquisa, optou-se pela pesquisa do tipo qualitativa, com estudo descritivo. Este tipo de pesquisa traz narrativas, ideias e experiências dos participantes. Ela importa-se com fatos que não podem ser quantificados, focando na compreensão e explicação no processo das relações sociais. Explorando o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano, os dados podem ser coletados no ambiente do participante e o pesquisador pode interpretar os dados observando as particularidades do tema dando-lhes significado (CRESWELL, 2021).

De acordo com Gil (2017), são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Para a coleta de dados, realizou-se entrevista em profundidade, em que o entrevistado versa abertamente sobre uma pergunta lançada pelo pesquisador. A condução da entrevista é feita pelo pesquisador de acordo com as respostas que fluem durante a mesma, porém sempre baseada em questionário semiestruturado a fim de não se distanciar do objetivo da pesquisa (GIL, 2017). A entrevista foi aplicada a senhora Ednir de Paulo, presidente do Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA) e funcionária pública municipal há 36 anos, que relatou de maneira oral sua trajetória e a do instituto. Também foi realizada coleta de dados em fontes documentais e dados históricos da cidade de Corumbá para melhor aprofundamento na pesquisa.

A entrevista em profundidade, de acordo com Marconi e Lakatos (2021, p. 231) “está relacionada com os sentimentos, pensamentos e lembranças do entrevistado, sua intensidade e intimidade”. Sendo assim, este tipo de entrevista permite explorar temas mais sensíveis e complexos, sem ser invasivo, possibilitando aprofundamento do assunto pesquisado.

Questionou-se à entrevistada quando e sob quais circunstâncias (institucionais, sociais, econômicas, políticas) foi criado o instituto; dificuldades, mudanças, apoios, pessoas atendidas. Perguntou-se ainda sobre a organização: quais os produtos desenvolvidos, quem são as colaboradoras, estrutura física, funcionamento, público-alvo. Além disso, buscou-se conhecer a história da fundadora Ednir de Paulo, história de vida, atividade profissional, legado e expectativas futuras.

Desta maneira pôde-se estabelecer a análise histórica do IMNEGRA sob a perspectiva de sua fundadora, com base na história de negócios conforme as três

divisões propostas pela teoria: institucional, organizacional e do indivíduo ao longo do tempo. As informações do próximo tópico são, portanto, extraídas desta entrevista.

Análise e resultados

Ambiente institucional ao longo do tempo

O Instituto da Mulher Negra foi concebido enquanto uma ideia no dia 25 de julho de 1992, tendo despertado em um encontro de mulheres negras, latinas e caribenhas que se reuniram em Santo Domingo, capital da República Dominicana, no Caribe. Após esse encontro e a criação do Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, tais mulheres começaram a planejar e formalizar as ONG's de mulheres em todo Brasil. Apenas em 2006, no entanto, é que o IMNEGRA foi formalizado em Corumbá, justamente no dia 25 de julho, dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha.

Ao longo destes anos, entre a concepção da ideia e a formalização do projeto, as mulheres que se envolveram dentro desse movimento em nível nacional e trouxeram essa ideia para Corumbá, formavam-se por um grupo de mulheres composto por professoras, religiosas e autônomas. Esse grupo de mulheres negras começaram com reuniões na residência da fundadora do IMNEGRA, Ednir de Paulo, na garagem de sua casa. Durante as reuniões houve o questionamento do porquê de não se legalizar a ONG com as mulheres que militam no movimento negro? Assim, elas começaram a desenvolver esse projeto e o IMNEGRA foi fundado em 2006 em Corumbá, por meio de uma assembleia geral realizada na Câmara Municipal.

Este ano de fundação do IMNEGRA, 2006, foi marcado por eventos de grande importância para a cidade de Corumbá. Uma lei complementar foi efetivada, tendo como foco o desenvolvimento e funcionamento do município.

[...] O Plano Diretor Participativo foi apreciado em audiência pública e pela Câmara Municipal no dia 09 de outubro de 2006, efetivando-se em Lei Complementar nº 098/2006. Focado na organização do crescimento e funcionamento da cidade, o Plano foi finalizado com as propostas colhidas junto aos mais variados segmentos sociais corumbaenses [...] (FERNANDES, 2009, p. 108).

Também no ano de 2006 foi inaugurada a “Estação Natureza Pantanal”, o espaço oferecia uma exposição interativa sobre o ecossistema do pantanal. Criado para proporcionar educação ambiental para crianças e adultos, a fim de conscientizar moradores de Corumbá, Ladário, cidades da fronteira boliviana e visitantes, a

importância do bioma pantanal. Conforme indicação na dissertação de Fernandes (2009), “a Estação Natureza Pantanal conta com a parceria do Instituto Homem Pantaneiro e é patrocinada pela Vale - Mineração Urucum, Banco Safra, O Boticário, TBG e com o apoio da Prefeitura de Corumbá”.

No mesmo ano, pensando em fomentar o turismo local, foi iniciada uma primeira parte do projeto de construção do centro de convenções na cidade. Como relatado no trabalho de Fernandes (2009) “a Prefeitura Municipal de Corumbá lançou a primeira etapa do projeto de construção do Centro de Convenções, de autoria do arquiteto corumbaense Carlos Lucas Mali, com o objetivo de incrementar o turismo de negócios e de eventos culturais da cidade”.

Como apresentado anteriormente, acontecimentos relevantes marcaram o ano de 2006, porém para as mulheres corumbaenses, em especial as afrodescendentes, este ano foi muito importante, pois com a fundação do IMNEGRA elas iniciaram um espaço de representatividade nas causas ligadas aos movimentos negros.

A Organização

O Instituto IMNEGRA está cadastrado na Receita Federal como associação. O prédio onde está localizada a sede foi cedido em 2010 pelo Governo do Estado, por meio de um projeto realizado em 2010, pelo período de 10 anos. Esse prazo venceu em 2020, mas foi renovado. Antes da formalização da cedência, as mulheres negras do INNEGRA tiveram conhecimento deste prédio em 2004, ele estava totalmente deteriorado, só havia uma pessoa tomando conta do local, e estava bem danificado. Havia um rapaz que atendia realizando cortes de cabelo no local. Depois que o Instituto IMNEGRA começou a trabalhar aqui com os projetos para as mulheres, foram conseguindo melhorar um pouco a estrutura do prédio, porém por ser um prédio histórico na qual precisa de cuidados e projetos específicos de reforma, o teto ainda carecia de reformas.

Somente em 2008 e 2009 elas receberam uma ajuda, também do Governo do Estado, para a reforma do telhado da sede, inclusive sem a participação de nenhum político da cidade como informado pelas narrativas. Foi uma ação das próprias mulheres da diretoria do IMNEGRA junto com o Governo do Estado. O valor da reforma da sede do IMNEGRA, ocorreu mediante processo, com um pedido das mulheres do IMNEGRA direto ao governador, tramitado pela Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (SUBRACIAL) do Estado e SEINFRA, obtendo o valor de R\$ 42.000,00, para reforma de todo o teto da sede, que estava em condições precárias.

Além disso, por conta de sua atuação e relevância, as mulheres conseguiram articular outros projetos de emenda parlamentar estadual para continuar o seu funcionamento, destacando a realização de cursos de geração de renda visando a aquisição de recursos, para atendimento às mulheres do IMNEGRA, no valor de R\$ 40.000,00, sob os termos de fomento n. 29.794/2020 e 30.865/2021.

O IMNEGRA foi fundado, com 70 associadas e apenas cerca de 15 mulheres mantêm os pagamentos de mensalidades em torno de R\$ 20,00, para a manutenção administrativa da sede. Quem trabalha no instituto são voluntárias, contudo, algumas as pessoas que trabalham no IMNEGRA podem ser remuneradas quando oriundas de projetos específicos. Nestes projetos algumas profissionais são contratadas com remuneração que é o caso das duas “oficineiras” que fazem corte, costura e artesanatos e uma assistente social. Estes projetos têm duração de um ano. Após este período, é necessário a formalização de um novo projeto para viabilizar as atividades do IMNEGRA. Neste ano, o grupo está pleiteando um novo projeto para que haja uma assistente social disponível para atendimento. Geralmente as mulheres que confeccionam artesanatos, costuram e fazem consertos são as que pagam as mensalidades como associadas e sobre o faturamento de seus serviços, onde um percentual é repassado para a manutenção administrativa da sede.

Outra forma em que chegam as trabalhadoras é por meio de sentença judicial para cumprimento de medidas socioeducativas. Estas mulheres são encaminhadas pela Assistência Social da Prefeitura de Corumbá, conduzidas juntamente com uma pasta de orientações sobre suas atividades e horário de trabalho. No instituto ainda não recursos para pagamento de salários para contratação de funcionários.

O restante das atividades é realizado pela própria diretoria que trabalha no serviço voluntariado e as despesas de encargos administrativos, são oriundas de pagamentos de associadas e da própria renda das mulheres que aprenderam e produziram suas costuras. Estes pagamentos correspondem a 30% do faturamento das costuras e 20% do artesanato.

Como observado por Rezende, Mafra e Pereira (2018), Oliveira (2017) e Silva (2018), as barreiras para o empreendedorismo negro, como também para o empreendedorismo social negro vão além dos problemas relacionados às questões raciais, gênero, sociais e de desigualdades. Muitas das dificuldades são de ordem jurídica, de acesso à recursos, mesmo que públicos, de pessoal e de relacionamento com *stakeholders* como clientes e fornecedores.

São produzidos no instituto artigos para o vestuário, como camisas no estilo *tie-dye*, que significa amarrar e tingir e roupas de crochê. Também bijuterias tais como, brincos afros, de mandalas e que remetem a natureza.

A produção de artigos para cozinha inclui, panos de prato, “bate mão”, customizados em crochê; aventais, toucas e joguinhos para eletrodomésticos. Além da confecção de bonecas artesanais, são confeccionadas as *abayomi*; palavra de origem iorubá, que significa boneca negra que traz felicidade.

Uma variedade de produtos também é produzida, tais como: capa de EVA para carteiras de vacina infantil e cadernos; bolsas customizadas feitas a partir de jeans, tapetes de crochê e máscaras.

Consertos e confecção de roupas também são serviços oferecidos pelo IMNEGRA. O instituto organiza brechós e feirinhas de artesanatos com a finalidade de arrecadar fundos para compor a renda da organização.

A ligação profunda com a identidade negra proporcionou o uso do empreendedorismo como forma de potencialização da identidade, uso dos produtos e serviços como meio de comunicação desta resistência cultural e também acesso à participação econômica dos participantes da organização, como discutido por Silva (2018) e Oliveira (2017).

O indivíduo ao longo do tempo: um retrato de Ednir de Paulo, fundadora do IMNEGRA

Ednir de Paulo, mulher negra que, infelizmente, não chegou a concluir sua graduação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal (UFMS-CPAN), mesmo estando próxima à conclusão, devido a um episódio de racismo, ocorrido em 1992 com ela, mesmo ano do encontro em Santo Domingo. Entretanto, não se calou, e empoderou-se, foi resiliente, antes mesmo dessas palavras tornarem-se conhecidas como são atualmente.

O que se iniciou neste ano foi um processo de discriminação na Câmara Municipal de Corumbá, quando Elenir, enquanto vítima no processo, foi chamada de “galinha de macumba” e, pelo fato de ser negra, não poderia ocupar o cargo de chefe do Almojarifado. À época não existia artigo na legislação vigente para punir o acusado. O caso foi levado a nível nacional, com o processo julgado em todas as instâncias, o que culminou na inserção da penalidade para injúria racial no artigo 140 do código penal Brasileiro.

Ednir de Paulo é funcionária do quadro efetivo da Câmara Municipal de Corumbá, há 36 anos, tendo sido aprovada em um concurso público no ano de 1987. Quando jovem fez o ensino médio, antigo segundo grau, e entrou na Universidade para cursar Ciências Contábeis.

Neste momento, detalha-se a situação previamente narrada. Quando estava no quinto ano, já próxima de se formar, foi convidada a ser funcionária do quadro efetivo da Câmara Municipal de Corumbá, e a fundar o setor de almoxarifado. Ao fundar este setor e tentar aplicar a mesma metodologia empregada no setor público, encontrou barreiras da própria gestão da Câmara. Um dos funcionários que na época era do Setor de Contabilidade, e não estava muito acostumado com as tarefas do Controle, começou a ofendê-la de várias formas, e dizia que pelo fato de ser negra ela não poderia ocupar um cargo de chefia. Como dito, o fato ocorreu no ano de 1992, em que não existia uma lei contra o racismo.

Entretanto, Ednir de Paulo baseou-se naquela época no artigo quinto da Constituição Federal e levou o caso à tona, primeiro denunciando o ocorrido dentro da Câmara, para os quinze vereadores e depois para o presidente da Câmara. No entanto, como não obteve solução, efetuou um boletim de ocorrência policial, mesmo sabendo que não havia nenhum artigo na lei que a defendesse. Assim mesmo, encaminhou à polícia, juntamente a um dossiê, expondo em seguida o fato e a opinião da sociedade.

Como estava se formando em Ciências Contábeis e não podia ocupar um cargo de chefia, pelo simples fato de ser negra, obteve apoio da sociedade que a acompanhou nesta luta. Foram enviadas por muitas pessoas na época inúmeras moções de repúdio e abaixo-assinados para a Câmara. Os movimentos negros organizados do Estado de Mato Grosso do Sul começaram a se engajar com o que estava acontecendo na questão da discriminação racial.

O seu dossiê foi parar no Rio de Janeiro, no gabinete do antigo senador Abdias Nascimento, nos anos 90. Após um equívoco todo o processo foi enviado a Cuiabá. Um vereador na câmara de Cuiabá tomou ciência e enviou um repúdio para a Câmara Municipal de Corumbá. A imprensa da cidade começou então a divulgar a notícia amplamente, enquanto o processo ficava dentro da delegacia de polícia por não ter um artigo específico para poder prosseguir.

Também nesta época, Ednir de Paulo recebeu uma ameaça de morte. Assim, a delegada juntou o processo e o encaminhou ao fórum para ser julgado e, com isso, começou-se a escrever a história do movimento negro em Corumbá.

Todo o processo juntado teve uma duração de quatro anos e contribuiu para o artigo 140 do Código Penal, em que se criaram parágrafos dispondo sobre o crime de injúria por questão de raça, cor ou etnia. O então Ministro da Justiça na época era Nelson Jobim, que destacou os erros da justiça brasileira ao longo do caso ocorrido com Ednir. Tudo isso fez com que, após os anos 1990, se fortalecessem as discussões e se divulgasse a história da criação do instituto, para defender a dignidade da mulher, muito motivado pela história de vida da própria Ednir.

Neste ponto, a origem do IMNEGRA se funde com a história de luta de Ednir de Paulo. Silva (2018) destaca que estas motivações de revolta e cunho político, como é o caso aqui apresentado, proporcionou inserção de mulheres negras na economia, proporcionando visibilidade e voz a estas pessoas, embora ainda com muitas barreiras a serem superadas. Hoje ela sente-se realizada porque essa ONG existe de verdade e representa as mulheres. Desde a sua fundação até a data de hoje Ednir é a líder, não conseguiu ainda se desvincular, pois as associadas e as mulheres acham que ainda deve permanecer dentro da instituição. A cada ano, a cada mandato, crescendo e evoluindo mais.

A Fundação do IMNEGRA, que ocorre após este episódio e sob os aspectos previamente mencionados, tem para Ednir a intenção de deixar como parte de seu legado, uma instituição pela qual as mulheres tivessem amparo e que fosse voltado à dignidade da pessoa humana, a cidadania, e a organização das populações tradicionais, especialmente as quilombolas, em Corumbá.

Ednir explicou também que cada mandato da diretoria tem a duração de quatro anos e, desde a fundação do instituto, ela é a presidente, sendo reeleita pelas associadas. Toda associada tem o direito de votar e ser votada no conselho e estatuto, além de receberem informações sobre como pleitear na instituição vaga na presidência, podem apoiar e acompanhar os trabalhos do instituto.

Ela espera ainda que todo trabalho feito até o momento não se perca, mesmo após a sua futura saída do instituto, pois a cidade merece ter uma instituição como o IMNEGRA e o instituto merece estar onde está agora. Segundo Ednir, várias obras na cidade de Corumbá foram feitas pelo trabalho e a mão forte de escravizados. Ela aponta que pelo fato de que houve escravidão na região, o negro atuou fortemente na história de Corumbá, defendendo a terra na Guerra do Paraguai, levantando o prédio onde o IMNEGRA se encontra hoje, com suas pedras enormes, na construção das ruas de paralelepípedos da cidade, e nos muros de pedras dos jardins, que embora podem ser

provenientes de uma engenharia europeia, contaram com a mão de obra dos negros escravizados.

Ainda há muito a ser feito, por exemplo, na luta das três comunidades quilombolas que foram identificadas e contam com a organização do IMNEGRA. Ressalta-se que Corumbá ainda é um pedaço da história do Brasil a ser contada, especialmente pela época da escravidão. Que esse trecho que está ainda nos arquivos da Câmara municipal, na alfândega, nos cartórios, no fórum em Corumbá, e precisa que essa história inspire a outros historiadores e pesquisadores, sendo divulgada além das paredes da academia científica, ingressando nas escolas e na sociedade, buscando compreender o que aconteceu no período de escravidão em Corumbá, proporcionar aos seus moradores o saber sobre o local onde eles vivem, esperando que com esse olhar, alunos, historiadores, pesquisadores, e sociedade em geral compreendam suas raízes e levem sua história com seriedade e a fundo neste território.

Conclusões e recomendações

Ednir de Paulo, motivada pela necessidade da mudança da realidade vivida por muitas mulheres negras de sua região e por ofensas racistas sofrida pela mesma, inclusive em seu ambiente de trabalho, encontrou aí a energia necessária para se tornar a fundadora do Instituto da Mulher Negra do Pantanal, IMNEGRA, e sua história serviu também como uma das bases para a criação do artigo 140 do Código Penal, o qual trata da injúria racial.

A fundadora do projeto tratado neste artigo parece deixar para as mulheres, negras e não negras, um legado de empoderamento feminino, perseverança e geração de recursos por meio do trabalho e da busca pelos seus direitos. Não se trata apenas da geração de meios financeiros, mas também de valorização social em um ambiente caracterizado por poucas instituições, ONGs e projetos voltados às mulheres negras da cidade e em seu entorno.

De acordo com os fatos expostos, conclui-se que o IMNEGRA, por meio de sua história e do contexto de sua criação, se encaminha para impulsionar a economia e empreendedorismo local. Objetivando ajudar mulheres em situações de vulnerabilidade, o IMNEGRA espelha não somente as minorias da região, mas há de se considerar que abrange uma parcela significativa de Corumbá, considerando que a grande maioria da população se designa negra ou parda.

Destaca-se o papel da história do IMNEGRA nascido, portanto, num ambiente institucional que incluiu o despontar de outras organizações e ações na cidade. Tem seu ambiente organizacional ainda em fase de consolidação e com espaço para desenvolver-se e, como representante da importância do indivíduo fundamental neste arranjo, sua fundadora Ednir de Paulo, representante da luta e das mulheres negras de Corumbá.

Por fim, esta pesquisa contribui para elucidar um exemplo de luta e resistência das mulheres negras que surtiu efeitos positivos com a criação de uma organização com futuro promissor em termos de geração de renda e oportunidades para o seu público-alvo.

Referências

ALBERTI, V. *Histórias orais: Histórias dentro da História*. In: PINSKY, C. B. et al. (orgs). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALVAREZ, S. E. et al. *Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos*. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 541-575, 2003.

CANCIAN, E. *Cidade negra: os cativos da Vila de Santa Cruz de Corumbá (Século XIX)*. In: RÜCKERT, F. Q.; SENA, D. M.; OLIVEIRA, M. A. M. (Orgs.). **Corumbá e Ladário: capítulos de história regional**. Campo Grande: UFMS, 2021, p. 60-102.

CORUMBÁ. **História**. s/d. Disponível em <https://www.corumba.ms.gov.br/minha-corumba/historia/>. Acesso em: 1 out. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FERNANDES, H. D. **A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do porto geral de Corumbá-MS no contexto de desenvolvimento local**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2009.

GARCIA, W. M. **Corumbá: ruas, moradas e história**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, C.; SAES, A. M. Surgimento e Desenvolvimento da Business History: Da História De Empresas À História De Negócios. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 12., 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: ABPHE, p. 1-21, 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/14%20Surgimento%20e%20desenvolvimento%20da%20Business%20History.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Mato Grosso do Sul/Corumbá:** panorama. 2021. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em: 1 out. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo. In: IBGE. **Sidra:** sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcem>. Acesso em 1 out. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, É. D. *O empreendedorismo social como possibilidade de cidadania*. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 4, n. 7, p. 35–44, 2017.

PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

REZENDE, A. F.; MAFRA, F. L. N.; PEREIRA, J. J. *Black entrepreneurship and ethnic beauty salons: possibilities for resistance in the social (re)construction of black identity*. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 589-609, 2018.

RIBEIRO, M. *Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização*. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 987-1004, 2008.

ROCHA, E. A. *O processo de emancipação dos escravos na vila de Santa Cruz de Corumbá (1873 – 1888)*. **Albuquerque: Revista de História**, v. 4, n. 7, p. 81-102, jun., 2017.

SANTOS, J. T. *O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos*. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 38, p. 49-65, 2000.

SANTOS, S. B. D. *As ONGs de mulheres negras no Brasil*. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 275–288, 2010.

SILVA, G. M. *Cultura negra e empreendedorismo: sensibilidades políticas a reivindicações econômicas e o engajamento através do mercado*. **Anuário Antropológico**, v. 43, n. 1, p. 11-36, 2018.

SIQUEIRA, D. P.; NUNES, D. H.; DE MORAIS, F. S. *Identidade, reconhecimento e personalidade: empreendedorismo da mulher negra*. **Economic Analysis of Law Review**, v. 9, n. 3, p. 229-242, set.-dez., 2018.

SOUZA, J. B. A.; MORETTI, E. C. *Formação e resistência das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS*. **Entre Lugar**, Dourados, MS, v. 10, n. 20, p. 38-61, 2019.

Luciene dos Santos de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
acadêmica do curso de Administração.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7083345439652522>

Caroline Gonçalves

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Professora do curso de graduação em
Administração.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7815672195515978>

Fernando Thiago

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Professor dos cursos de graduação em
Administração e mestrado em Administração
Pública.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/8959990762746731>

Claudia Araújo de Lima

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Professora dos cursos de graduação em Pedagogia
e mestrado em Educação.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/1228341133028730>

Luciana Ribeiro Dutra Couto

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
acadêmica do curso de Letras.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/3293822285275657>

Letícia dos Santos de Oliveira

Marinha do Brasil, Terceiro Sargento.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/3418189034495504>

Artigo recebido em: 01 de Outubro de 2021.

Artigo aprovado em: 18 de Janeiro de 2022.